

501 – ANALISTA ADMINISTRATIVO- TIPO A

DOMINGO MANHÃ

ORIENTAÇÕES

1. Este **Caderno de Prova**, contém **40 (quarenta)** questões objetivas, com **4 (quatro)** alternativas cada uma, sempre na sequência **A, B, C, D**, das quais somente uma deve ser assinalada sem repetição ou falha e Prova Discursiva com **02 (duas)** questões. Confira-o e, em caso de qualquer problema, informe **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.
2. Após a conferência, assine, no espaço próprio da **Folha de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não **DOBRE**, **AMASSE** ou **MANCHE** a **Folha de Respostas**. Ela **SOMENTE** poderá ser substituída se, no ato da entrega estiver danificada.
3. A duração da prova será de **4h (quatro horas)**, inclusos, nesse tempo, a distribuição da prova, a leitura das instruções, o preenchimento da Folha de Respostas e transcrição das questões discursivas, sendo responsabilidade do candidato observar os horários estabelecidos.
4. Somente será permitido ao candidato retirar-se definitivamente da sala de prova mediante a **entrega obrigatória de sua Folha de Respostas**, devidamente preenchida e assinada, ao Fiscal.
5. Os candidatos **não poderão** se ausentar da sala ou do local de provas para utilização dos banheiros ou beber água, antes de decorrida **01(uma) hora** do início ou **15(quinze) minutos** antes do término.
6. Ao término do prazo estabelecido para a prova, os **03(três) últimos candidatos** deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinar a Ata de Sala, atestando a idoneidade da fiscalização das provas e somente poderão deixar o local de provas, juntos, não sendo possível nem mesmo a utilização do banheiro e bebedouro.
7. Os candidatos **PODERÃO** levar consigo o Caderno de Questões.
8. O gabarito estará disponível no endereço eletrônico **novo.ibgpconcursos.com.br** no dia **09/02/2025** a partir das **20h**.

A Comissão Examinadora do IBGP Concursos lhe deseja uma boa prova!



INSTRUÇÃO: Para responder as questões de **01** a **10**, **leia** atentamente o texto a seguir:

Homem no mar

De minha varanda vejo, entre árvores e telhados, o mar. Não há ninguém na praia, que resplende ao sol. O vento é nordeste, e vai tangendo, aqui e ali, no belo azul das águas, pequenas espumas que marcham alguns segundos e morrem, como bichos alegres e humildes; perto da terra a onda é verde.

Mas percebo um movimento em um ponto do mar; é um homem nadando. Ele nada a uma certa distância da praia, em braçadas pausadas e fortes; nada a favor das águas e do vento, e as pequenas espumas que nascem e somem parecem ir mais depressa do que ele. Justo: espumas são leves, não são feitas de nada, toda sua substância é água e vento e luz, e o homem tem sua carne, seus ossos, seu coração, todo seu corpo a transportar na água.

Ele usa os músculos com uma calma energia; avança. Certamente não suspeita que um desconhecido o vê e o admira porque ele está nadando em uma praia deserta. Não sei de onde vem essa admiração, mas encontro nesse homem uma nobreza calma, sinto-me solidário com ele, acompanho o seu esforço solitário como se ele estivesse cumprindo uma bela missão. Já nadou em minha presença uns trezentos metros; antes, não sei; duas vezes o perdi de vista, quando ele passou atrás das árvores, mas esperei com toda confiança que reaparecesse sua cabeça, e o movimento alternado de seus braços. Mais uns cinquenta metros, e o perderei de vista, pois um telhado o esconderá. Que ele nade bem esses cinquenta ou sessenta metros, isto me parece importante; é preciso que conserve a mesma batida de sua braçada, e que eu o veja desaparecer assim como o vi aparecer, no mesmo rumo, no mesmo ritmo, forte, lento, sereno. Será perfeito; a imagem desse homem me faz bem.

É apenas a imagem de um homem, e eu não poderia saber sua idade, nem sua cor, nem os traços de sua cara. Estou solidário com ele, e espero que ele esteja comigo. Que ele atinja o telhado vermelho, e então eu poderei sair da varanda tranquilo pensando – "vi um homem sozinho, nadando no mar; quando o vi, ele já estava nadando; acompanhei-o com atenção durante todo o tempo, e testemunho que ele nadou sempre com firmeza e correção; esperei que ele atingisse um telhado vermelho, e ele atingiu".

Agora não sou mais responsável por ele; cumpri o meu dever, e ele cumpriu o seu. Admiro-o. Não consigo saber em que reside, para mim, a grandeza de sua tarefa; ele não estava fazendo nenhum gesto a favor de alguém, nem construindo algo de útil; mas certamente fazia uma coisa bela, e a fazia de um modo puro e viril.

Não desço para ir esperá-lo na praia e lhe apertar a mão; mas dou meu silencioso apoio, minha atenção e minha estima a esse desconhecido, a esse nobre animal, a esse homem, a esse correto irmão.

CAMPOS, Paulo Mendes. In: SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *As cem melhores crônicas brasileiras* (Org. e int.). Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 108-109.

QUESTÃO 01

“Não sei de onde vem essa admiração, mas encontro nesse homem uma nobreza calma, sinto-me solidário com ele, acompanho o seu esforço solitário como se ele estivesse cumprindo uma bela missão.”. Quanto a esse trecho e a todo o texto lido, é **CORRETO** afirmar:

- A) O narrador demonstra piedade pelo nadador, sentindo-lhe um fim fatal por sobre as águas do mar.
- B) O narrador demonstra identificar-se com o nadador observado, tendo para com ele um entusiasmo.
- C) O narrador mostra sentir indiferença perante o homem que está nadando solitariamente no mar.
- D) O narrador sente comiseração pelo nadador, dado o caráter humano de finitude desse homem.

QUESTÃO 02

“De minha varanda vejo, entre árvores e telhados, o mar. Não há ninguém na praia, que resplende ao sol [...] Certamente não suspeita que um desconhecido o vê e o admira porque ele está nadando em uma praia deserta.”. É **CORRETO** afirmar que neste trecho:

- A) Apreende-se um sentimento de caos, de falta de sentido para a presença humana na Terra.
- B) Paira uma sensação de solidão, de ermo, de vazio de ruídos na existência a permitir reflexões.
- C) Deduz-se que não há na vida humana uma busca de olhar para o outro, de modo contemplativo.
- D) Constrói-se um clima ruidoso, avesso a qualquer possibilidade de silêncio e solidão.

QUESTÃO 03

“Não há ninguém na praia, que resplende ao sol.” A classificação sintática do trecho sublinhado está **CORRETA** em:

- A) Oração subordinada adjetiva restritiva.
- B) Adjunto adnominal do sujeito.
- C) Oração subordinada adjetiva explicativa.
- D) Complemento nominal da palavra “praia”.

QUESTÃO 04

“Ele nada a uma certa distância da praia, em braçadas pausadas e fortes; nada a favor das águas e do vento, e as pequenas espumas que nascem e somem parecem ir mais depressa do que ele. Justo: espumas são leves, não são feitas de nada, toda sua substância é água e vento e luz, e o homem tem sua carne, seus ossos, seu coração, todo seu corpo a transportar na água.”

A função dos dois-pontos usados neste trecho, entre as palavras “Justo” e “espumas”, está **CORRETAMENTE** explicada em:

- A) O sinal de dois-pontos tem a função de introduzir um oposto em relação ao que foi afirmado antes, pois introduz uma restrição ao que se afirmou.
- B) Esse sinal de pontuação comparece no trecho para introduzir um discurso direto, ou seja, a fala ou o pensamento de uma personagem.
- C) Neste trecho, os dois-pontos não têm nenhuma função em termos de coesão e de coerência, podendo ser descartados do texto.
- D) Neste trecho, tudo o que vem depois desse sinal de pontuação é explicação para o fato de as pequenas espumas parecerem ir mais depressa do que o nadador.

QUESTÃO 05

“Ele nada a uma certa distância da praia, em braçadas pausadas e fortes...”. Sintaticamente, é **INCORRETO** afirmar sobre o fragmento sublinhado nesse trecho:

- A) Refere-se à maneira como o homem nada no mar.
- B) Separa-se de vírgula do que vem antes, pois é adjunto adverbial de modo.
- C) É expressão que se refere ao verbo “nada”, indicando-lhe uma circunstância.
- D) Trata-se de uma oração subordinada adjetiva explicativa.

QUESTÃO 06

“O vento é nordeste, e vai tangendo, aqui e ali, no belo azul das águas, pequenas espumas que marcham alguns segundos e morrem, como bichos alegres e humildes; perto da terra a onda é verde.”. A classificação sintática **CORRETA** da palavra sublinhada neste trecho é:

- A) Substantivo concreto.
- B) Objeto direto.
- C) Núcleo do objeto direto.
- D) Predicativo do sujeito.

QUESTÃO 07

“Já nadou em minha presença uns trezentos metros; antes, não sei; duas vezes o perdi de vista, quando ele passou atrás das árvores, mas esperei com toda confiança que reaparecesse sua cabeça, e o movimento alternado de seus braços.” A classificação **CORRETA** da oração sublinhada nesse trecho é:

- A) Oração subordinada substantiva subjetiva.
- B) Oração subordinada substantiva objetiva direta.
- C) Oração subordinada substantiva completiva nominal.
- D) Oração subordinada substantiva apositiva.

QUESTÃO 08

“Não consigo saber em que reside, para mim, a grandeza de sua tarefa...” Marque a alternativa em que consta o sujeito **CORRETO** do verbo sublinhado neste trecho:

- A) A grandeza de sua tarefa.
- B) Mim.
- C) Grandeza.
- D) Tarefa.

QUESTÃO 09

“... ele não estava fazendo nenhum gesto a favor de alguém, nem construindo algo de útil; mas certamente fazia uma coisa bela, e a fazia de um modo puro e viril.”. É **INCORRETO** depreender desse trecho:

- A) Gestos não precisam ser pragmáticos e ou pomposos para terem importância.
- B) Um gesto não precisa ser altruísta para trazer em si o que há de beleza.
- C) O ato de nadar do nadador é inútil, desprezível, não apresentando importância.
- D) A utilidade não é parâmetro em algo para que este mesmo algo seja contemplado.

QUESTÃO 10

“Não desço para ir esperá-lo na praia e lhe apertar mão...”. Nesse trecho, o fragmento sublinhado está **CORRETAMENTE** classificado sintaticamente em:

- A) Oração subordinada adverbial final reduzida de gerúndio.
- B) Orações subordinadas adverbiais indicativas de lugar.
- C) Oração subordinada adverbial consecutiva.
- D) Orações subordinadas adverbiais finais reduzidas de infinitivo.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

INSTRUÇÃO: Considere o texto a seguir para responder às **questões 11, 12 e 13**.

João está conduzindo uma análise de mercado para otimizar o processo de compras do seu mercadinho. Para isso, definiu uma lista de insumos com seus respectivos custos máximos aceitáveis (colunas A e B), visando a eficiência na gestão de suprimentos. Seu objetivo é selecionar o fornecedor (loja 1 ou loja 2) que ofereça a melhor relação custo-benefício, garantindo que os preços estejam dentro dos limites estabelecidos e contribuam para a otimização dos recursos e a redução de custos operacionais.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	Lista de compras	Valor máximo		Valores Loja 1	Aprovação de compra	Valores Loja 2	Aprovação de compra		Qual loja possui valor mais atrativo?
2	Feijão	R\$ 15,00		R\$ 12,00	Sim	R\$ 14,00	Sim		Valores Loja 1
3	Arroz	R\$ 25,00		R\$ 20,00	Sim	R\$ 28,00	Não		Valores Loja 1
4	Macarrão	R\$ 5,00		R\$ 4,00	Sim	R\$ 3,00	Sim		Valores Loja 2
5	Carne	R\$ 20,00		R\$ 30,00	Não	R\$ 40,00	Não		

QUESTÃO 11

Sobre o Microsoft Excel, versão em português, assinale a alternativa que apresenta **CORRETAMENTE** a fórmula feita por João na célula E2 que tem como objetivo dizer se o valor do item “Feijão” na loja 1 está dentro do valor máximo por ele proposto.

- A) =SE(D2<B2;"Sim";"Não")
- B) =SE(E2<A2;"Sim";"Não")
- C) =SE(B1<E1;"Sim";"Não")
- D) =SE(A2<E2;"Sim";"Não")

QUESTÃO 12

Sobre o Microsoft Excel, versão em português, assinale a alternativa que apresenta **CORRETAMENTE**, a fórmula feita por João na célula I2 que tem como objetivo dizer, que se tiver alguma loja dentro do orçamento, qual delas possui o valor mais atrativo do item “Feijão”?

- A) =SE(E(D2<F2;E2="Sim");D1;SE(E(D2<F2;E2="Não");"Nenhuma está dentro do orçamento";SE(E(D2>F2;G2="Sim");F1;"Nenhuma está dentro do orçamento"))))
- B) =SE(E(D1<F1;E1="Sim");D1;SE(E(D1<F1;E1="Não");"Nenhuma está dentro do orçamento";SE(E(D1>F1;G1="Sim");F1;"Nenhuma está dentro do orçamento"))))
- C) =SE(E(A2<D2;E2="Sim");D1;SE(E(A2<D2;E2="Não");"Nenhuma está dentro do orçamento";SE(E(A2>F2;E2="Sim");F1;"Nenhuma está dentro do orçamento"))))
- D) =SE(E(A1<F2;E2="Sim");D1;SE(E(A1<F2;E2="Não");"Nenhuma está dentro do orçamento";SE(E(A1>F2;G2="Sim");F1;"Nenhuma está dentro do orçamento"))))

QUESTÃO 13

Sobre o Microsoft Excel, versão em português, considerando que a Coluna I diz para o João qual decisão de compra ele deve ter, assinale a alternativa que apresenta **CORRETAMENTE** a decisão que ele tomou para comprar o item "Carne", ou seja, a resposta da fórmula, inserida na célula I5, demonstrada a seguir:

=SE(E(D5<F5;E5="Sim");D1;SE(E(D5<F5;E5="Não");"Nenhuma está dentro do orçamento";SE(E(D5>F5;G5="Sim");F1;"Nenhuma está dentro do orçamento"))))

- A) Valores Loja 1.
- B) Valores Loja 2.
- C) Nenhuma está dentro do orçamento.
- D) ERRO.

QUESTÃO 14

No contexto da Inteligência Artificial, assinale a alternativa que **MELHOR** descreve o funcionamento do Processamento de Linguagem Natural (PLN).

- A) O PLN permite que máquinas interpretem e gerem linguagem humana por meio de regras fixas, sem necessidade de aprendizado baseado em dados.
- B) O PLN utiliza técnicas de aprendizado de máquina e redes neurais para analisar, interpretar e gerar linguagem natural, permitindo a interação entre humanos e computadores de forma mais eficiente.
- C) As redes neurais artificiais utilizadas no PLN operam exclusivamente com dados estruturados, sendo incapazes de processar textos não estruturados, como artigos ou conversas.
- D) O PLN é uma sub-área da Inteligência Artificial que se limita exclusivamente à tradução automática de textos entre diferentes idiomas.

QUESTÃO 15

A respeito dos códigos maliciosos, analise as afirmativas a seguir:

- I- Vírus é um programa ou parte de um programa de computador, normalmente malicioso, que se propaga inserindo cópias de si mesmo e se tornando parte de outros programas e arquivos.
- II- O worm não se propaga por meio da inclusão de cópias de si mesmo em outros programas ou arquivos, mas sim, pela execução direta de suas cópias ou pela exploração automática de vulnerabilidades existentes em programas instalados em computadores.
- III- Spyware é um programa projetado para monitorar as atividades de um sistema e enviar as informações coletadas para terceiros.
- IV- Keylogger é capaz de capturar e armazenar as teclas digitadas pelo usuário no teclado do computador. Sua ativação, em muitos casos, é condicionada a uma ação prévia do usuário, como o acesso a um site específico de comércio eletrônico ou de Internet Banking.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas uma afirmativa.
- B) Apenas duas afirmativas.
- C) Apenas três afirmativas.
- D) Todas as afirmativas.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUESTÃO 16

São princípios do Direito Administrativo expressos no texto constitucional oriundos, expressos e originariamente, do constituinte, **EXCETO**:

- A) legalidade.
- B) moralidade.
- C) eficiência.
- D) publicidade.

QUESTÃO 17

A ação popular é um instrumento constitucionalmente previsto, cujo escopo é, em suma, a proteção do patrimônio público e outros direitos coletivos difusos. Considerando que a ação popular é um instrumento social de controle da Administração Pública, é **CORRETO** afirmar que:

- A) para o ajuizamento de uma ação popular, o cidadão deve comprovar o efetivo prejuízo material, sob pena de o juiz indeferir a petição inicial.
- B) a desnecessidade de demonstração de prejuízo material em concreto decorre da necessidade de se conceder ampla proteção ao patrimônio público.
- C) caso o ato administrativo questionado em determinada ação popular seja privativo do Presidente da República, a competência para julgamento caberá ao Supremo Tribunal Federal.
- D) caso o ato administrativo questionado em determinada ação popular seja privativo do Presidente da República, a competência para julgamento caberá ao Tribunal de Contas da União.

QUESTÃO 18

A Administração Pública deve ser regida por regras e princípios distintos da Administração Privada. Considerando essa premissa, que é fundamental para situar o regime jurídico administrativo, é **CORRETO** afirmar que:

- A) embora a Administração Pública deve se pautar pelo princípio da indisponibilidade do interesse público, existem situações, nas quais, é possível transigir sobre questões relativas e direitos disponíveis.
- B) mesmo que a Administração Privada seja regida por uma lógica distinta da Administração Pública, o administrador privado só pode fazer aquilo que a lei autoriza, sob pena de causar prejuízos sociais, ambientais, econômicos e coletivos irreparáveis.
- C) supremacia do interesse público sobre o interesse privado significa afirmar que o interesse da Administração Pública prevalecerá sobre o interesse privado, mesmo em situações nas quais fique evidente que o interesse defendido diz respeito ao Estado como pessoa jurídica ou governo incumbente.
- D) a Administração Privada possui poder de polícia, uma vez que a manutenção da ordem social é dever do Estado, mas cabe a todos por ela zelar, em especial a Administração Privada, considerando-se o princípio da função social da empresa.

QUESTÃO 19

É **CORRETO** afirmar se tratar de um exemplo de aplicação direta e jurisprudencial da norma principiológica da moralidade na Administração Pública:

- A) a proibição de privatizar companhias estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista) sem a devida autorização legislativa e a motivação do ato.
- B) a desnecessidade de motivação nos casos de exoneração de agentes públicos que ocupem cargos em comissão.
- C) a obrigatoriedade de lei em sentido estrito para a criação de cargos públicos.
- D) a vedação ao nepotismo, incluindo o denominado “nepotismo cruzado”.

QUESTÃO 20

O princípio da publicidade obriga o administrador público, no exercício de suas funções, a dar ciência ao povo – titular da soberania – sobre o que ocorre na Administração Pública. Pode-se tomar, como exemplo, a publicação, no Diário Oficial, do Edital de um concurso público. Neste sentido, à luz do que dispõe a legislação e a jurisprudência sobre a publicidade, é **CORRETO** afirmar que:

- A) tal princípio não comporta exceções, uma vez que o verdadeiro titular do poder político e da soberania é o povo, que de tudo deve ter ciência, sob pena de violação de direitos individuais básicos, como a liberdade e a igualdade.
- B) mesmo em situações de segurança do Estado e da sociedade os atos devem ser publicados, uma vez que a segurança do Estado é, em última instância, também a segurança do cidadão e do povo, que são os titulares da soberania popular.
- C) a publicação da remuneração dos servidores públicos, que é uma manifestação dos princípios da publicidade e da transparência, é constitucional, não sendo possível aos agentes públicos alegar a privacidade.
- D) todos os procedimentos administrativos devem tramitar sem sigilo, uma vez que a publicidade é a forma pela qual o povo exercerá o seu controle sobre os atos administrativos.

QUESTÃO 21

São diretrizes da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), **EXCETO**:

- A) desenvolvimento do controle social da administração pública.
- B) fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
- C) utilização de meios de comunicação, viabilizados pela tecnologia da informação.
- D) divulgação de informações de interesse público, desde que mediante solicitação, por pessoa física ou jurídica.

QUESTÃO 22

A responsabilidade na gestão fiscal é uma noção que pressupõe a ação planejada e transparente, com o escopo de evitar riscos e contingências, corrigindo desvios passíveis de afetar o equilíbrio orçamentário. Com isso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), estabelece algumas normas para alcançar este escopo, como limites de gasto em determinadas questões.

Quanto ao limite de despesa com pessoal, é **INCORRETO** afirmar, segundo as disposições expressas da LC 101/2000, que:

- A) a despesa total não poderá exceder 50% da receita corrente líquida na União.
- B) a despesa total não poderá exceder 50% da receita corrente líquida nos Territórios Federais.
- C) a despesa total não poderá exceder 60% da receita corrente líquida nos Estados.
- D) a despesa total não poderá exceder 60% da receita corrente líquida nos Municípios.

QUESTÃO 23

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU). Quanto às competências do TCU, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- B) julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- C) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- D) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município.

QUESTÃO 24

Considerando o que dispõe a Constituição da República em matéria de Direito Administrativo e a organização do federalismo brasileiro, é **CORRETO** afirmar que:

- A) União, Estados e Municípios são autônomos, nos termos da Constituição da República, não sendo cabível tal afirmação ao Distrito Federal. Isso porque, dentre outros exemplos, o Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal é indicado pelo Presidente da República.
- B) mesmo que seja competência da União manter o serviço postal, é possível que Estados e Municípios, no exercício de suas respectivas autonomias, criem serviços próprios de correio.
- C) é competência dos Estados explorar, de forma direta ou indireta (autorização, concessão ou autorização), os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens.
- D) é competência da União organizar e manter o Ministério Público do Distrito Federal.

QUESTÃO 25

No que diz respeito ao que dispõe a Constituição da República, de 1988, sobre a Administração Pública, tanto no Capítulo VII (“Da Administração Pública”), quanto em artigos esparsos, é **CORRETO** afirmar que:

- A) O prazo de validade do concurso público será de até 3 anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- B) Ressalvadas apenas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, a Constituição da República impõe que a investidura em cargo apenas pode se dar mediante prévia aprovação em concurso público.
- C) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, desde que percebidos cumulativamente, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.
- D) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, desde que exista previsão em Lei Complementar do ente federativo respectivo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

A Lei Federal nº14.133/2021 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e determina que, nas licitações e contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo ou doação, oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou de organismo financeiro de que o Brasil seja parte, podem ser admitidas condições decorrentes de acordos internacionais aprovados pelo Congresso Nacional e ratificados pelo Presidente da República, bem como condições peculiares à seleção e à contratação constantes de normas e procedimentos das agências ou dos organismos, desde que, no segundo caso:

- I- Sejam exigidas para a obtenção do empréstimo ou doação.
- II- Não conflitem com os princípios constitucionais em vigor.
- III- Sejam indicadas no respectivo contrato de empréstimo ou doação e tenham sido objeto de parecer favorável do órgão jurídico do contratante do financiamento previamente à celebração do referido contrato.

De acordo com o § 3º do artigo 1º, está(ão) **CORRETA(S)** as afirmativa(s):

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas II e III.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 27

De acordo com a Lei Federal nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, as empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão observar determinados requisitos de transparência.

Sobre o tema, considere as afirmativas a seguir e assinale **V** para as afirmativas **verdadeiras** e **F** para as **falsas**.

- () Elaboração e divulgação de política de divulgação de informações, em conformidade com a legislação em vigor e com as melhores práticas.
- () Elaboração de política de distribuição de dividendos, à luz do interesse público que justificou a criação da empresa pública ou da sociedade de economia mista.
- () Divulgação, em nota explicativa às demonstrações financeiras, dos dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo ou de segurança nacional.
- () Divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade.

Nos termos do artigo 8º, a sequência **CORRETA** de respostas é:

- A) F- V- F- V
- B) V- V- V- V
- C) V- F- F- F
- D) V- F- V- F

QUESTÃO 28

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos abrange aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e aos órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa, bem como aos fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública. E no âmbito das referidas entidades, a Lei se aplica a determinadas contratações.

De acordo com o artigo 2º, são contratações as quais a Lei Federal nº 14.133/2021 se aplica, **EXCETO**:

- A) Compra, inclusive por encomenda.
- B) Locação.
- C) Comodato.
- D) Prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados.

QUESTÃO 29

Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins da Lei Federal nº 12.846/2013, todos aqueles praticados pelas sociedades empresárias, sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Sobre os atos lesivos à administração pública, nos termos do artigo 5º, considere as assertivas a seguir:

- I- Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.
- II- Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei.
- III- Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
- IV- No tocante a licitações e contratos, frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

Está **CORRETO** o que se afirma:

- A) Em uma das afirmativas.
- B) Em duas das afirmativas.
- C) Em três das afirmativas.
- D) Em todas as afirmativas.

QUESTÃO 30

São objetivos fundamentais da Política Municipal de Integridade Pública, de acordo com o artigo 3º do Decreto Municipal nº 18.337/2023, **EXCETO**:

- A) Implementar a participação social na gestão pública, mantendo processo decisório pautado na desburocratização.
- B) Desenvolver e implementar estratégias para a formulação e a gestão de programas e planos de integridade pelos órgãos e entidades do Poder Executivo e Legislativo Municipais.
- C) Promover a cultura de desenvolvimento sustentável, com adequação às normas ambientais de referência.
- D) Priorizar o interesse público e a mitigação e tratamento do nepotismo e do conflito de interesses nas decisões dos agentes públicos.

QUESTÃO 31

As modalidades de licitação aplicáveis às Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão descritas na Lei Federal nº 14.133/2021, nos termos do artigo 28. A respeito das modalidades de licitação, assinale a **COLUNA II** de acordo com a **COLUNA I**, relacionando o conceito com sua definição.

COLUNA I

1. Concorrência
2. Concurso
3. Leilão
4. Pregão

COLUNA II

- ☐ Modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- ☐ Modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.
- ☐ Modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- ☐ Modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência numérica **CORRETA** de respostas referentes à **COLUNA II**:

- A) 1- 3- 2- 4
- B) 4- 1- 3- 2
- C) 2- 4- 1- 3
- D) 3- 2- 4- 1

QUESTÃO 32

Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas responsáveis pelos atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/2013, sanções de multa e publicação extraordinária da decisão condenatória, que serão impostas, levando-se em consideração fatores previstos no artigo 7º.

Assinale a alternativa que **NÃO** corresponda a fatores considerados na aplicação das sanções:

- A) A quantidade de pessoas jurídicas envolvidas na infração.
- B) A vantagem auferida ou pretendida pelo infrator.
- C) O efeito negativo produzido pela infração.
- D) O valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica com o órgão ou entidade pública lesados.

QUESTÃO 33

A empresa pública e a sociedade de economia mista adotarão regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno que abranjam a ação dos administradores e empregados, por meio da implementação cotidiana de práticas de controle interno, a área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos, além de auditoria interna e Comitê de Auditoria Estatutário, conforme determina a Lei Federal nº 13.303/2016. De acordo com o artigo 9º, § 1º deverá, ainda, ser elaborado e divulgado Código de Conduta e Integridade, que disporá sobre determinados pontos relevantes.

Sobre as disposições do Código de Conduta e Integridade, considere as afirmativas a seguir e assinale **V** para as afirmativas **verdadeiras** e **F** para as **falsas**.

- ☐ Canal de denúncias que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade e das demais normas internas de ética e obrigacionais.
- ☐ Mecanismos de proteção que impeçam qualquer espécie de retaliação a pessoa que utilize o canal de denúncias.
- ☐ Previsão de treinamento periódico, no mínimo uma vez a cada dois anos, sobre Código de Conduta e Integridade aos empregados e terceiros intervenientes, e sobre a política de gestão de riscos, aos superiores hierárquicos.
- ☐ Sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código de Conduta e Integridade.

A sequência **CORRETA** de respostas é:

- A) V- V- F- V
- B) F- V- F- V
- C) F- F- V- F
- D) V- F- V- F

QUESTÃO 34

A classificação de informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em decisão que conterà, obrigatoriamente, alguns elementos. Sobre os referidos elementos e nos termos no artigo 28 da Lei Federal nº 12.527/2011, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Assunto sobre o qual versa a informação.
- B) Fundamento da classificação, observados os critérios estabelecidos na própria Lei.
- C) Identificação da(s) autoridade(s) vinculada(s) à informação classificada em grau de sigilo.
- D) Indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos na própria Lei.

QUESTÃO 35

A Lei Federal nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, versa acerca de conceitos importantes ao entendimento da própria Lei. Face ao exposto, observe o texto a seguir:

I. _____ :qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.

II. _____ :qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

III. _____ :qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

IV. _____ : qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Nos termos do artigo 4º, assinale a alternativa que preenche **CORRETAMENTE** as lacunas do texto:

- A) I. Disponibilidade, II. Autenticidade, III. Integridade, IV. Primariedade.
- B) I. Autenticidade, II. Integridade, III. Primariedade, IV. Disponibilidade.
- C) I. Integridade, II. Primariedade, III. Disponibilidade, IV. Autenticidade.
- D) I. Primariedade, II. Disponibilidade, III. Autenticidade, IV. Integridade.

QUESTÃO 36

Existem informações que são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, são passíveis de classificação e restrição ao acesso. Por essa razão, estabelece o artigo 24 da Lei Federal nº 12.527/2011, que a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

Sobre os prazos máximos de restrição de acesso à informação, de acordo com sua classificação, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Ultrassecreta: 100 (cem) anos, secreta: 50 (cinquenta) anos, reservada: 20 (vinte) anos.
- B) Ultrassecreta: 75 (setenta e cinco) anos, secreta: 40 (quarenta) anos, reservada: 15 (quinze) anos.
- C) Ultrassecreta: 45 (quarenta e cinco) anos, secreta: 25 (vinte e cinco) anos, reservada: 10 (dez) anos.
- D) Ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos, secreta: 15 (quinze) anos, reservada: 5 (cinco) anos.

QUESTÃO 37

O Decreto Municipal nº 18.337, de 5 de junho de 2023, por meio da Política Municipal de Integridade Pública, instituiu a Comissão de Prevenção ao Assédio Moral e Sexual, que tem como atribuições a contribuição para o desenvolvimento de diagnóstico institucional das práticas de assédio moral e sexual, a sugestão de medidas de prevenção, orientação e enfrentamento do assédio moral e sexual no trabalho, entre outras também descritas no texto da Lei. A Comissão de Prevenção ao Assédio Moral e Sexual será composta por nove membros ocupantes de cargos efetivos, representantes de alguns órgãos, no âmbito do Poder Executivo municipal.

Considerando a informação acima, analise as assertivas a seguir:

- I- Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.
- II- Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania.
- III- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.
- IV- Secretaria Municipal de Cultura.

De acordo com o artigo 11, **SÃO** membros da Comissão de Prevenção ao Assédio Moral e Sexual os órgãos descritos nos itens:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, II, III e IV.

QUESTÃO 38

O Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração Municipal, instituído pelo Decreto Municipal nº 14.635, de 10 de novembro de 2011, dispõe, em seu artigo 11, que as alterações relevantes no patrimônio da autoridade pública deverão ser imediatamente comunicadas ao Conselho de Ética Pública, especialmente quando se tratar de:

- I- Atos de gestão patrimonial que envolvam a transferência de bens a cônjuge, ascendente, descendente ou parente na linha colateral.
- II- Atos de gestão de bens, cujo valor possa ser substancialmente afetado por decisão ou política governamental da qual tenha prévio conhecimento em razão do cargo, emprego ou função, inclusive investimentos de renda variável ou em commodities, contratos futuros e moedas para fim especulativo.
- III- Atos de gestão patrimonial que envolvam a aquisição, direta ou indireta, do controle de empresa.

Dos itens acima, estão **CORRETOS**:

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e III.
- D) Todos os itens.

QUESTÃO 39

De acordo com o Decreto Municipal nº 14.635/2011, que instituiu o Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração Municipal, é vedado à Alta Administração do Poder Executivo municipal, além dos demais interditos constantes deste Código de Ética, após deixar o cargo ou função pública, pelo período de 6 (seis) meses:

- I- Celebrar, com órgãos ou entidades do Poder Executivo municipal contratos de consultoria, caso os referidos estejam vinculados diretamente ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego.
- II- Aceitar cargo de administrador ou conselheiro, ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica que desempenhe atividade relacionada à área de competência do cargo ou emprego ocupado.
- III- Prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço à pessoa física ou jurídica com quem tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício de suas atribuições.
- IV- Intervir, direta ou indiretamente, em favor de interesse privado perante órgão ou entidade em que tenha ocupado cargo ou emprego ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego.

Nos termos do artigo 16, está **CORRETO** o que se afirma em:

- A) I, II, III
- B) II, III, IV
- C) I, II, IV
- D) I, III, IV

QUESTÃO 40

De acordo com o Decreto Municipal nº 18.337, de 5 de junho de 2023, integra o Sistema Municipal de Integridade Pública a Controladoria-Geral do Município – CTGM, como órgão central da Política Municipal de Integridade Pública.

Sobre a competência da CTGM, analise as afirmativas a seguir:

- I. Coordenar as atividades que exijam ações conjuntas dos órgãos e entidades municipais para a promoção da integridade.
- II. Realizar auditorias para avaliação da efetividade das medidas adotadas na Política Municipal de Integridade Pública e identificação de possíveis ações de melhoria.
- III. Cientificar órgãos e entidades sobre fatos ou situações que possam comprometer os seus respectivos programas de integridade, além de recomendar a adoção das medidas de tratamento necessárias.
- IV. Promover a cultura e o conhecimento sobre Governo Aberto entre os servidores da administração pública.

Está **CORRETO** o que se afirma:

- A) Em uma das afirmativas.
- B) Em duas das afirmativas.
- C) Em três das afirmativas.
- D) Em todas as afirmativas.

ORIENTAÇÕES – PROVA DISCURSIVA E QUESTÕES DISSERTATIVAS

As orientações a seguir têm como base o Edital nº 01/2024 do CONCURSO PÚBLICO PBH ATIVOS.

9.4.1. A Segunda Etapa deste Concurso Público será constituída de Prova Discursiva, de caráter classificatório e eliminatório, que será aplicada para todos os empregos públicos.

9.4.2. A Prova Discursiva será aplicada juntamente com a Prova Objetiva.

9.4.3. A Prova Discursiva valerá **40,0 (quarenta) pontos**, sendo **eliminados** os candidatos que tiverem nota zero ou que não obedecerem às orientações apresentadas no Caderno de Questões. A correção da Prova Discursiva será feita de acordo com os Critérios para Correção da Prova Discursiva (**Anexo IX**) ou que não obedecerem às orientações apresentadas no Caderno de Questões.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA QUESTÕES DISSERTATIVAS - ASPECTOS TÉCNICOS		
ASPECTOS AVALIATIVOS	TOTAL DE PONTOS	DESCONTO POR ERRO
Conhecimento do conteúdo proposto e propriedade da resposta à temática (CP)	8,0	1,0
Pertinência e Relevância dos Argumentos (PR)	4,0	1,0
Compreensão Linguística (Português) (CL)	2,0	1,0
Estruturação lógica e coerente da resposta (EL)	4,0	0,5
Expressão Clara e Concisa (EC)	2,0	0,5
TOTAL	20,0	

9.4.10. A correção da Prova Discursiva para os empregos públicos de Analistas (Nível Superior) considerará os critérios estabelecidos no quadro do **Anexo IX**, somente sendo considerados na correção os aspectos relativos aos recursos de linguagem, aspectos argumentativos, estrutura do texto e aspecto gramatical, se o candidato(a) apresentar conhecimento mínimo redigido na resposta para os aspectos de conhecimento técnico e se a resposta técnica NÃO estiver plenamente incorreta.

9.4.3.4. Não será permitido o uso de material de consulta durante a realização da Prova Discursiva, sendo que a prova versará sobre os itens estabelecidos no conteúdo programático disposto no Anexo IV deste Edital.

9.4.8. Para os empregos públicos de **Analistas (Nível Superior)**, as Provas Discursivas serão compostas por **02(duas) Questões Abertas**, que deverão ser respondidas em, no **mínimo, 05(cinco)** e, no **máximo, 20(vinte) linhas por questão**.

9.4.11. Tanto nas Provas Discursivas para os empregos públicos de Técnico, quanto para os de Analistas, o que for escrito além do espaço destinado ao candidato não será considerado, sendo o candidato penalizado pelos possíveis problemas de compreensão de sua resposta.

9.4.4. Será considerado aprovado na etapa da Prova Discursiva o candidato que obtiver no **mínimo 50% (cinquenta por cento)** do total de pontos atribuídos à Prova Discursiva.

9.4.5. Somente será corrigida a Prova Discursiva dos candidatos que alcançarem o maior número de pontos na prova objetiva de múltipla escolha, classificados conforme a seguir, respeitados os empates na última classificação:

Candidatos	Classificados até a posição
Ampla concorrência	50º lugar
Negros	20º lugar
Pessoas com Deficiência	10º lugar

9.4.7. Será atribuída nota 0(zero) à Prova Discursiva:

- a) Cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido;
- b) Considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à Língua Portuguesa escrita – padrão formal – ou em idioma diverso;
- c) Cujo texto apresente qualquer tipo de identificação do candidato;
- d) Que não atingir o número mínimo de linhas estabelecido;
- e) Que for redigida fora do espaço definido;
- f) Que não for escrita com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- g) Que tiver uso de corretivos;
- h) Que for redigida de maneira diversa à indicada nas orientações da Folha da Prova Discursiva.

9.4.15. A folha para rascunho, constante do Caderno de Prova, será de preenchimento facultativo e, em nenhuma hipótese, o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova.

9.4.16. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da Prova Discursiva, devendo o candidato limitar-se à Folha de Respostas recebida.

QUESTÃO 01

A Lei Federal nº 14.133/2021 foi instituída para estabelecer normas gerais de licitação e para a contratação de obras, serviços, compras e alienações pela Administração Pública, seja direta ou indireta, de qualquer dos Poderes da União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. Portanto, depreende-se que licitação é a regra para as contratações da Administração Pública, e tal fato se deve aos objetivos do processo licitatório, que visam assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos e incentivar a inovação, bem como o desenvolvimento nacional sustentável. Dessa maneira, o processo licitatório visa garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e transparente.

Entretanto, a própria lei também prevê exceções em que a licitação não será obrigatória, como nos casos contratação direta, previstos no artigo 72 da Lei, que compreende os casos de inexigibilidade de licitação (Artigo 74) e de dispensa de licitação (Artigo 75). Nesses casos, não há a necessidade de um procedimento licitatório prévio, contudo, a Administração Pública ainda precisa seguir requisitos e justificativas legais para fundamentar a contratação direta.

Diante desse contexto e considerando os termos da Lei 14.133/2021, **CONCEITUE** e **FAÇA** a distinção entre as formas de contratação direta: dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação.

RASCUNHO – PROVA DISCURSIVA QUESTÃO 01

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20

QUESTÃO 02

A Lei nº 13.709/2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), estabelece um conjunto de regras para o tratamento de dados pessoais no Brasil, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural dos cidadãos.

As normas contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. É importante destacar que a lei também define princípios e diretrizes para a coleta, o uso, o armazenamento e o compartilhamento de dados pessoais por empresas e organizações. O artigo 6º da Lei constitui fundamento jurídico sobre os princípios que devem ser respeitados nas atividades de tratamento de dados pessoais.

Nessa perspectiva e considerando o teor do 6º artigo da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), **CITE e CONCEITUE** dois dos princípios a serem observados nas atividades de tratamento de dados pessoais. Em sua resposta, **EXPLIQUE** como os princípios citados podem contribuir para a construção de um ambiente mais seguro no tratamento dos dados pessoais.

RASCUNHO – PROVA DISCURSIVA QUESTÃO 02~

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20

ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.